



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

Ofício nº 072/2018. DI.00917.00299/2018

Três Passos, 16 de julho de 2018.

PA.00917.00029/2016

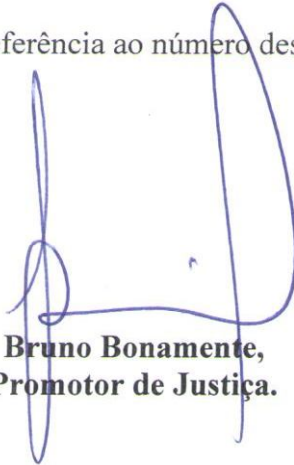
Prioridade: **NORMAL**

Prezado Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito:

Honra-me cumprimentá-lo e, na oportunidade, encaminhar-lhe cópia do item “1” da ata da reunião realizada no dia 13 de julho de 2018 com a Administração do Hospital de Caridade, juntamente com o despacho que assim determinou, a fim de dar-lhe conhecimento e fomentar as investigações que estão sendo tratadas na CPI que apura a deficiência dos atendimentos da atenção básica nos postos de saúde.

Em sua resposta, fazer referência ao número desse ofício.

Atenciosamente,



Bruno Bonamente,
Promotor de Justiça.

Excelentíssimo Senhor

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

EDIVAN BARON

Três Passos - RS.



Ministério Público do Rio Grande do Sul
Promotoria de Justiça de Três Passos

OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS: 00917.00029/2016

DESPACHO

1) Considerando a reunião realizada nesta data, principalmente o tocante ao item "1" da ata juntada às fls. 702-704, observa-se que o mencionado tópico demonstra ter relacionamento direto com a CPI que está sendo realizada Câmara de Vereadores, uma vez que a alta procura de atendimentos junto ao hospital se dá devido à falta de profissionais atuantes junto aos postos de saúde (PSF).

Assim, como forma de fomentar as investigações que estão sendo tratadas na mencionada CPI, encaminhe-se cópia, tão somente, de estilha da ata da reunião realizada (item "1"), diretamente ao Presidente da Comissão Parlamentar, juntamente com cópia do presente despacho para conhecimento.

2) Diante das questões tratadas na reunião realizada, concedo o **prazo de 45 dias** ao Hospital de Caridade de Três Passos, para que apresente de forma justificada e fundamentada, as ações envidadas para a solução da problemática apontada. Comunique-se.

Após, transcorrido o prazo assinalado, ou com o aporte das informações solicitadas, retorne concluso.

Três Passos, 13 de julho de 2018.


Bruno Bonamente,
Promotor de Justiça.



**Ministério Público do Rio Grande do Sul
Promotoria de Justiça de Três Passos**

OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS: 00917.00029/2016

ATA

Aos 13 de julho de 2018, a partir das 10 horas, na Promotoria de Justiça de Três Passos, presente Bruno Bonamente, 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos, compareceram, representantes do Hospital de Caridade de Três Passos - Interessado, conforme lista de presença em anexo.

Inicialmente, a Sra. Paula de Paula Rodrigues de apresentou como administradora do Hospital, haja vista ser a primeira reunião que participa nesta Promotoria de Justiça.

Em seguida, foi apontado pela equipe presente que o hospital tem, sim, viabilidade financeira, no entanto, sérias e profundas mudanças posturais e procedimentais devem ser adotadas a fim de viabilizar o correto e regular atendimento em consonância com as possibilidades financeiras.

Em seguida, diversos temas foram tratados, separados em tópicos, conforme segue:

1) **Atendimentos de urgência e emergência:** Foi ponderado pelo hospital que está havendo um acúmulo indevido de atendimento na urgência e emergência do hospital que não correspondem à realidade, pois a maior parte dos casos (superior a 90%) deveriam estar sendo atendidos pelos postos de saúde. O hospital informou que já possui



Ministério Público do Rio Grande do Sul
Promotoria de Justiça de Três Passos

regulamentação interna dos procedimentos que devem ser atendidos na urgência e emergência, conforme "Classificação de Risco" do Ministério da Saúde ao qual estão subordinados tecnicamente. Após debates, foi ponderado pelo Ministério Público que o hospital tem o dever de informar a população desse sistema de classificação (não só no próprio nosocômio, mas também de forma educativa nos meios de comunicação cabíveis). Também foi pontuado pelo Ministério Público que a Câmara de Vereadores possui CPI em andamento justamente para apurar a deficiência dos atendimentos da atenção básica nos posto de saúde, e que essa situação vivenciada pelo hospital pode estar agravada em razão da deficiência de outros segmentos que podem não estar operando devidamente. O Ministério Público comprometeu-se a informar esta situação à CPI para incremento das investigações que estão sendo realizadas, ao passo que o hospital adotará as providências cabíveis para orientação e educação da população no que tange ao Sistema de Classificação do Ministério da Saúde.
